



DISCURSOS DE AUTORIDADE E IDENTIDADE INSTITUCIONAL NO ENSINO MILITAR DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

ISSN 2763-7697 - QUALIS A4

Karina Coelho Pires¹

RESUMO

Este artigo analisa o discurso de autoridade veiculado pela Força Aérea Brasileira (FAB) em seus canais institucionais digitais e suas implicações para a construção da identidade institucional e para o processo formativo no ensino militar. Fundamentado na Análise Crítica do Discurso de linha britânica, sobretudo em Fairclough, Wodak e van Dijk, e em diálogo com Castells, Goffman, Bourdieu e Thompson, o estudo concebe o discurso como prática social situada histórica e ideologicamente. Metodologicamente, adota-se o modelo tridimensional de Fairclough, aplicado a um corpus constituído pelo discurso institucional público da FAB (lema, divisa, tríade de missões e marcadores temáticos) em articulação intertextual com a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. A análise mobiliza as categorias de intertextualidade, interdiscursividade, modalidade e avaliatividade, articuladas aos modos de operação da ideologia e às formas de construção identitária. Os resultados indicam o predomínio de uma identidade legitimadora, construída por narrativização, naturalização e simbolização, que recontextualiza a doutrina de defesa para um público leigo e naturaliza a hierarquia e a disciplina como valores. Discutem-se as implicações dessa configuração discursiva para a formação militar, defendendo-se a consciência crítica do discurso como componente do ensino castrense.

R. bras. Av. civil. ci. Aeron., Florianópolis, v. 6, n. 3, esp., p. 134-158, jul/ago. 2026.

1

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; identidade institucional; discurso de autoridade; ensino militar; Força Aérea Brasileira.

¹ Licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Catanduva (1999), Bacharel em Psicologia pela Universidade Estácio de Sá (2024), Mestra em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2007) e Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2019). Atualmente é professora de Língua Portuguesa da Universidade da Força Aérea, Coordenadora da Editora da UNIFA, Editora-chefe da Revista da UNIFA, membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Aeroespaciais (NEICA) e membro da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Universidade da Força Aérea. CV: <https://lattes.cnpq.br/1430543502290332>
E-mail: karinapireskcp@fab.mil.br

AUTHORITY DISCOURSES AND INSTITUTIONAL IDENTITY IN THE MILITARY EDUCATION OF THE BRAZILIAN AIR FORCE

ABSTRACT

This article analyzes the authority discourse conveyed by the Brazilian Air Force (FAB) on its digital institutional channels and its implications for the construction of institutional identity and for the formative process in military education. Grounded in British Critical Discourse Analysis, particularly Fairclough, Wodak and van Dijk, and in dialogue with Castells, Goffman, Bourdieu and Thompson, the study conceives discourse as a historically and ideologically situated social practice. Methodologically, it adopts Fairclough's three-dimensional model, applied to a corpus composed of the FAB's public institutional discourse (motto, device, mission triad and thematic markers) in intertextual articulation with the National Defense Policy, the National Defense Strategy and the National Defense White Paper. The analysis mobilizes the categories of intertextuality, interdiscursivity, modality and appraisal, articulated to the modes of operation of ideology and to the forms of identity construction. The results indicate the predominance of a legitimizing identity, built through narrativization, naturalization and symbolization, which recontextualizes defense doctrine for a lay audience and naturalizes hierarchy and discipline as values. The implications of this discursive configuration for military training are discussed, advocating critical discourse awareness as a component of military education.

Keywords: *Critical Discourse Analysis; institutional identity; authority discourse; military education; Brazilian Air Force.*

DISCURSOS DE AUTORIDAD E IDENTIDAD INSTITUCIONAL EN LA ENSEÑANZA MILITAR DE LA FUERZA AÉREA BRASILEÑA

RESUMEN

Este artículo analiza el discurso de autoridad transmitido por la Fuerza Aérea Brasileña (FAB) en sus canales institucionales digitales y sus implicaciones para la construcción de la identidad institucional y para el proceso formativo en la enseñanza militar. Fundamentado en el Análisis Crítico del Discurso de línea británica, especialmente Fairclough, Wodak y van Dijk, y en diálogo con Castells, Goffman, Bourdieu y Thompson, el estudio concibe el discurso como práctica social situada histórica e ideológicamente. Metodológicamente, se adopta el modelo tridimensional de Fairclough, aplicado a un corpus constituido por el discurso institucional público de la FAB (lema, divisa, tríada de misiones y marcadores temáticos) en articulación intertextual con la Política Nacional de Defensa, la Estrategia Nacional de Defensa y el Libro Blanco de Defensa Nacional. El análisis moviliza las categorías de intertextualidad, interdiscursividad, modalidad y valoración. Los resultados indican el predominio de una identidad legitimadora, construida mediante narrativización, naturalización y simbolización, que recontextualiza la doctrina de defensa para un público lego y naturaliza la jerarquía y la disciplina como valores. Se discuten las implicaciones de esa configuración discursiva para la formación militar.

Palabras clave: Análisis Crítico del Discurso; identidad institucional; discurso de autoridad; enseñanza militar; Fuerza Aérea Brasileña.

1 INTRODUÇÃO

As instituições contemporâneas comunicam-se com a sociedade em ambientes digitais que reconfiguram, de modo profundo, as relações entre discurso, poder e identidade. Plataformas como Instagram, X (antigo Twitter) e LinkedIn deixaram de ser meros canais de divulgação para tornarem-se arenas

R. bras. Av. civil. ci. Aeron., Florianópolis, v. 6, n. 3, esp., p. 134-158, jul/ago. 2026.

1

de disputa simbólica, nas quais imagens, narrativas e valores institucionais são produzidos, reforçados e, eventualmente, contestados. No caso das instituições militares, esse deslocamento adquire contornos singulares: organizações historicamente associadas à hierarquia, ao sigilo e à autoridade passam a operar em espaços marcados pela horizontalidade aparente, pela interatividade e pela lógica do engajamento. É nessa tensão entre a tradição castrense e a cultura digital que se inscreve o objeto deste estudo.

A Força Aérea Brasileira (FAB) mantém presença ativa em redes sociais, sob gestão do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER), veiculando cotidianamente um discurso que articula símbolos institucionais, missões operacionais e valores profissionais. Esse discurso não é neutro: ele constrói uma determinada imagem de instituição, posiciona a FAB diante da sociedade e mobiliza representações sobre o que é ser militar. Em um sentido relevante, trata-se de um discurso de autoridade, entendido aqui não apenas como a fala de quem ocupa posição hierárquica, mas como o conjunto de práticas discursivas que produzem e legitimam relações assimétricas de poder e que reivindicam o direito de definir a realidade institucional.

O problema que orienta esta investigação pode ser assim formulado: como os discursos de autoridade produzidos pela FAB em ambientes digitais constroem, reforçam ou contestam a identidade institucional, e quais são as implicações dessas práticas para o processo formativo no ensino militar? A pergunta articula duas dimensões frequentemente tratadas de forma isolada, a comunicação institucional e a formação profissional, sob a hipótese de que o discurso público de uma instituição militar é, ele próprio, um dispositivo formativo, na medida em que antecipa, modela e naturaliza as identidades que o ensino castrense busca consolidar.

O objetivo geral do artigo é analisar criticamente o discurso de autoridade da FAB e suas implicações para a construção da identidade institucional e para o ensino militar. Como objetivos específicos, busca-se:

mapear as práticas discursivas predominantes nos elementos simbólicos institucionais; identificar as estratégias retóricas e ideológicas mobilizadas na construção da identidade da Força; e refletir sobre as implicações motivacionais, identitárias e pedagógicas desse discurso para a formação. A pesquisa integra projeto mais amplo, em andamento, dedicado aos discursos de autoridade e à identidade institucional no ensino militar.

A relevância do estudo reside em uma lacuna específica da literatura nacional. Embora a Análise Crítica do Discurso (ACD) tenha sido amplamente aplicada a discursos políticos, midiáticos e educacionais, são incipientes as investigações que examinam criticamente o discurso institucional militar em ambientes digitais, sobretudo em sua interface com a educação castrense. Compreender como a FAB se representa publicamente e como essa autorrepresentação dialoga com a doutrina de defesa nacional contribui para o campo dos estudos da linguagem, da educação militar e da comunicação institucional, além de oferecer subsídios para uma formação militar atenta à responsabilidade discursiva e aos valores democráticos.

Do ponto de vista teórico-metodológico, adota-se a ACD de linha britânica, fundamentada principalmente em Norman Fairclough, Ruth Wodak e Teun van Dijk, em diálogo com as contribuições de Manuel Castells sobre a construção de identidades na era da informação, de Erving Goffman sobre a apresentação do eu e de Pierre Bourdieu sobre o poder simbólico. O corpus é constituído pelo discurso institucional público da FAB, seu lema, sua divisa, a tríade de missões que estrutura sua autodefinição e os marcadores temáticos de suas campanhas, analisado em articulação intertextual com a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), documentos que fornecem o arcabouço doutrinário recontextualizado nas redes.

O artigo organiza-se em cinco partes. Após esta introdução, a segunda seção apresenta o aporte teórico, articulando os conceitos de discurso, poder e

identidade. A terceira seção descreve o percurso metodológico, fundado no modelo tridimensional de Fairclough. A quarta seção desenvolve a análise do discurso de autoridade da FAB e discute suas implicações formativas. A última seção sintetiza os achados e aponta limites e desdobramentos da pesquisa.

2 DISCURSO, PODER E IDENTIDADE: APORTES DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A Análise Crítica do Discurso constitui uma proposta teórico-metodológica que concebe a linguagem como parte irreduzível da vida social, dialeticamente relacionada a outros elementos das práticas sociais. Para Fairclough (2003, 2016), o discurso é simultaneamente moldado pela estrutura social e moldador dela, de modo que analisar textos é analisar relações sociais, identidades e disputas de poder. A ACD define-se, segundo Fairclough (2016), pela motivação de investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída e legitimada pelo uso da linguagem. Não se trata, portanto, de uma análise meramente descritiva, mas de uma análise textualmente orientada e socialmente engajada, atenta ao modo como o discurso participa da reprodução ou da transformação de estruturas de dominação.

Fairclough (2003) propõe analisar os três modos pelos quais o discurso figura nas práticas sociais: gêneros (modos de agir e interagir), discursos (modos de representar aspectos do mundo) e estilos (modos de ser e de construir identidades). A esses três modos correspondem três tipos de significado: o acional, o representacional e o identificacional. O significado acional associa-se ao gênero; o representacional, ao discurso; e o identificacional, ao estilo. Os três mantêm entre si relações dialéticas, sem se reduzirem uns aos outros, e permitem examinar, em um mesmo texto, como se age, como se representa o mundo e como se constroem identidades.

O eixo operacional da abordagem é o modelo tridimensional, que articula três planos de análise. O primeiro é o texto, dimensão linguística

propriamente dita, em que se examinam escolhas lexicais, estruturas gramaticais e recursos retóricos. O segundo é a prática discursiva, que abrange os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, incluindo as relações de intertextualidade e interdiscursividade. O terceiro é a prática social, em que o discurso é situado em relação a estruturas e processos sociais mais amplos, especialmente a ideologia e a hegemonia. A análise crítica consiste, justamente, em transitar entre esses três planos, mostrando como o texto se ancora em práticas discursivas que, por sua vez, se inscrevem em práticas sociais.

A vertente histórico-discursiva de Wodak (Wodak; Meyer, 2009) complementa esse aparato ao enfatizar o papel do contexto e da recontextualização. Para essa perspectiva, os sentidos não se esgotam no texto, mas dependem do contexto histórico, situacional e institucional em que os enunciados circulam; além disso, elementos discursivos migram de um campo a outro, da doutrina especializada à comunicação de massa, por exemplo, sofrendo transformações que ajustam seus sentidos a novos públicos e finalidades. Esse conceito de recontextualização é particularmente produtivo para examinar como a linguagem técnica da defesa nacional é reelaborada em mensagens acessíveis ao cidadão comum nas redes sociais.

Van Dijk (2015), por sua vez, articula discurso, cognição e poder, definindo como tarefa da ACD explicar de que modo as iniquidades sociais são produzidas, reproduzidas e legitimadas pelo texto e pela fala de grupos e instituições dominantes. Para o autor, consideram-se dois níveis: o macronível, relativo a poder, dominação e desigualdade; e o micronível, relativo ao uso efetivo da linguagem na interação. O analista posiciona-se explicitamente, comprometendo-se com a compreensão crítica e com a resistência a quadros sociais desfavoráveis. Essa dupla atenção, ao texto e à estrutura, ao detalhe linguístico e à relação de poder, orienta a presente análise.

No plano das categorias analíticas, este estudo mobiliza quatro instrumentos consagrados na obra de Fairclough (2003). A intertextualidade,

associada ao significado acional, refere-se à presença de elementos de outros textos em um texto, de forma explícita (citação) ou implícita (pressuposição, paráfrase), conforme a noção dialógica de Bakhtin (2002). A interdiscursividade, associada ao significado representacional, diz respeito à articulação de diferentes discursos na constituição de um texto. A modalidade e a avaliatividade, associadas ao significado identificacional, dizem respeito, respectivamente, ao grau de comprometimento do enunciador com suas afirmações, distinguindo-se a modalidade epistêmica, ligada à verdade, da modalidade deôntica, ligada à obrigatoriedade, e à atribuição de valores, sentimentos e atitudes. A avaliatividade, desenvolvida por Martin e White (2007), compreende os subsistemas de atitude, engajamento e gradação, privilegiando-se aqui o subsistema de atitude.

A dimensão ideológica da análise apoia-se em Thompson (2011), que reformula o conceito de ideologia em torno das inter-relações entre sentido e poder, definindo-a como as maneiras pelas quais o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação sistematicamente assimétricas. O autor distingue cinco modos gerais de operação da ideologia: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Cada modo realiza-se por estratégias de construção simbólica. A legitimação opera por racionalização, universalização e narrativização; a unificação, por padronização e simbolização da unidade; a reificação, por naturalização e eternalização, que retratam situações sócio-históricas como permanentes e inevitáveis. Esses modos fornecem uma chave precisa para identificar como o discurso institucional naturaliza relações de poder.

A análise das relações de poder no discurso apoia-se, ainda, na noção de hegemonia, que Fairclough (2016) recupera da tradição gramsciana para descrever o modo como a dominação se exerce menos pela coerção do que pelo consentimento. A hegemonia é um equilíbrio instável, continuamente construído e renegociado no terreno da linguagem; é nas práticas discursivas cotidianas, e

não apenas nos aparatos coercitivos, que se produz a adesão dos sujeitos a determinada ordem. Compreender o discurso institucional como prática hegemônica significa atentar para o modo como ele fabrica o consenso, transformando arranjos historicamente contingentes em evidências partilhadas. Essa perspectiva é decisiva para o estudo de instituições que, como as militares, dependem fortemente da legitimidade simbólica para o exercício de sua autoridade.

A noção de identidade, central neste estudo, é tomada como construção social e discursiva, e não como essência fixa. Para Silva (2014) e Woodward (2014), identidade e diferença são mutuamente determinadas: afirmar uma identidade implica negar outras, em um processo de inclusão e exclusão atravessado por relações de poder. Hall (2006) sublinha o caráter móvel e fragmentado das identidades na modernidade tardia, continuamente formadas e transformadas conforme os modos como os sujeitos são representados e interpelados. Castells (2018), por sua vez, propõe uma tipologia particularmente útil para analisar processos de poder: a identidade legitimadora, introduzida por instituições dominantes para expandir e racionalizar sua dominação; a identidade de resistência, criada por atores em posições desvalorizadas; e a identidade de projeto, em que atores constroem nova identidade capaz de redefinir sua posição e buscar transformação estrutural.

A construção discursiva da identidade institucional em ambientes digitais convoca, ainda, a contribuição de Goffman (2014), para quem a vida social é uma sucessão de performances em que os atores administram impressões diante de uma plateia. A distinção entre região de fachada (*front*) e região de bastidores permite compreender as redes sociais institucionais como um palco em que a organização encena a versão de si que deseja ver reconhecida. No caso de uma instituição militar, a gestão profissional dessa fachada, a cargo de um órgão especializado de comunicação, revela o caráter

deliberado e estratégico da autorepresentação, em que cada postagem é uma performance calculada de autoridade, serviço e excelência.

A própria sociologia de Goffman fornece, em outra de suas obras, o conceito de instituição total, que designa locais de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos, separados da sociedade mais ampla por período considerável, leva uma vida fechada e formalmente administrada. As organizações militares figuram entre os exemplos canônicos dessa categoria, marcada pela ruptura das barreiras que ordinariamente separam as esferas da vida e pela submissão a uma autoridade única. O conceito é produtivo para esta análise porque ilumina a continuidade entre o discurso público da instituição e a experiência formativa: o discurso de autoridade veiculado nas redes antecipa, para um público externo, a lógica de incorporação identitária que a instituição total realizará, de modo intensivo, no interior das escolas de formação.

Por fim, Bourdieu (1989) oferece a noção de poder simbólico, definido como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou transformar a visão do mundo. O poder simbólico é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força, graças ao efeito de mobilização que se exerce quando é reconhecido como legítimo. Aplicado às instituições militares, esse conceito esclarece como símbolos, o uniforme, as aeronaves, os brasões, os lemas, funcionam como capital simbólico que legitima a hierarquia e converte a obediência em adesão. A violência simbólica, nessa chave, é a imposição de significações como legítimas, dissimulando as relações de força que as sustentam. A socialização militar, marcada pela hierarquia e pela disciplina, princípios consagrados na própria base constitucional e regulamentar das Forças Armadas, é um espaço privilegiado de exercício desse poder simbólico, em que valores como patriotismo, integridade, comprometimento e profissionalismo são incorporados como disposições duráveis.

Importa, por fim, situar o objeto no quadro mais amplo da midiatização da vida social. As instituições contemporâneas operam sob a lógica das plataformas, em que visibilidade, engajamento e narrativa se tornam imperativos. Nesse contexto, a comunicação institucional aproxima-se das gramáticas do entretenimento e da publicidade, e a identidade organizacional passa a ser gerida como uma marca. Para uma instituição militar, essa lógica produz tensões particulares: a sobriedade tradicional da caserna convive com a estética vibrante do conteúdo digital, e a autoridade hierárquica precisa ser reencenada em um ambiente que valoriza a proximidade e a humanização. Analisar o discurso de autoridade da FAB nas redes é, portanto, analisar uma autoridade que se reinventa para permanecer reconhecível sob novas condições de circulação.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa constitui-se como estudo qualitativo, exploratório, de natureza documental e discursiva, fundamentado na Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough (2003) e operacionalizado por meio de seu modelo tridimensional. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto: não se busca quantificar ocorrências, mas interpretar criticamente como o discurso institucional constrói sentidos, identidades e relações de poder. A ACD, como observam Resende e Ramalho (2016), oferece um arcabouço em que teoria e método são indissociáveis, pois os procedimentos analíticos são selecionados conforme o objeto construído teoricamente.

O corpus é constituído pelo discurso institucional público da Força Aérea Brasileira, tal como veiculado em seus canais oficiais, geridos pelo Centro de Comunicação Social da Aeronáutica. Selecionaram-se, como unidades de análise, os elementos discursivos que condensam a autodefinição da instituição e que se repetem de modo estável em sua comunicação: o lema institucional, a divisa heráldica, a tríade de missões que estrutura sua apresentação ao público e

os marcadores temáticos recorrentes em suas campanhas, incluindo as *hashtags* que organizam a circulação de suas mensagens. Esses elementos foram tomados em articulação intertextual com três documentos doutrinários, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional (Brasil, 2020), que fornecem o quadro de referência recontextualizado no discurso digital.

Cabe uma justificativa metodológica quanto ao recorte do corpus. O discurso institucional analisado funciona como o nível macro, isto é, como o enquadramento simbólico produzido centralizadamente pela instituição, que estabelece os parâmetros a partir dos quais os discursos individuais de militares se orientam. A análise desse nível institucional é condição para a etapa subsequente do projeto, dedicada ao discurso de militares de diferentes regiões, níveis hierárquicos e especialidades em múltiplas plataformas. Optou-se, assim, por analisar elementos discursivos públicos, estáveis e verificáveis, evitando a fabricação de exemplos e preservando o rigor empírico exigido por um objeto sensível como o discurso militar.

Do ponto de vista ético, a pesquisa analisa discurso institucional público, produzido por órgão oficial de comunicação e disponibilizado livremente em canais de acesso irrestrito. Não há, portanto, coleta de dados sensíveis nem identificação de indivíduos fora do contexto público de sua atuação institucional. Trata-se de material análogo, em sua natureza, a documentos e manifestações de agentes públicos em atos públicos, cuja análise crítica integra o legítimo escrutínio acadêmico das instituições. Na etapa subsequente do projeto, que envolverá o discurso de militares individuais, observar-se-ão os cuidados éticos correspondentes, com anonimização e atenção às disposições aplicáveis à pesquisa em ciências humanas e sociais.

A análise estrutura-se nos três planos do modelo tridimensional. No plano do texto, examinam-se as escolhas lexicais, as estruturas gramaticais, as metáforas e os recursos avaliativos dos enunciados. No plano da prática

discursiva, investigam-se as relações de intertextualidade e interdiscursividade, observando como os enunciados digitais absorvem, citam e recontextualizam a doutrina de defesa e outros discursos sociais. No plano da prática social, situam-se os enunciados em relação à ideologia e à hegemonia, mobilizando os modos de operação da ideologia (Thompson, 2011) e a tipologia identitária de Castells (2018). A esses planos articulam-se as categorias de intertextualidade, interdiscursividade, modalidade e avaliatividade.

O percurso analítico segue, ainda, as cinco etapas propostas por Fairclough (2003) para a análise crítica de problemas sociais: identificação de um problema social com aspectos semióticos; identificação dos obstáculos a serem superados; reflexão sobre a função do problema na prática social; análise das possibilidades de mudança; e reflexão sobre a própria análise. Essa última etapa, de caráter reflexivo e emancipatório, é essencial em uma pesquisa que pretende oferecer subsídios para a formação militar. O Quadro 1 sintetiza a articulação entre planos, categorias e procedimentos.

Quadro 1 – Síntese do percurso metodológico

Plano de análise	Categorias mobilizadas	Procedimentos
Texto	Léxico, metáfora, modalidade, avaliatividade	Exame das escolhas linguísticas e dos recursos retóricos do lema, da divisa e dos marcadores temáticos
Prática discursiva	Intertextualidade, interdiscursividade, recontextualização	Identificação das relações com a PND, a END e o LBDN e com outros discursos sociais
Prática social	Modos de operação da ideologia; tipologia identitária	Situação dos enunciados em relação à hegemonia, à ideologia e à formação militar

Fonte: elaboração própria (2026).

Por fim, observa-se que a triangulação de perspectivas, entre o exame linguístico, a análise da prática discursiva e a leitura da prática social, não visa à

mera validação de resultados, mas à completude da interpretação, no sentido de ampliar o conhecimento sobre o fenômeno por meio de ângulos complementares de abordagem. Trata-se de uma estratégia de complementaridade metodológica, em que cada plano de análise ilumina dimensões que os demais não alcançam isoladamente.

4 O DISCURSO DE AUTORIDADE DA FAB: ANÁLISE E IMPLICAÇÕES FORMATIVAS

A análise inicia-se pelo lema institucional da Força Aérea Brasileira: “Asas que protegem o País”. No plano textual, a expressão organiza-se em torno de uma metonímia, as asas pela aeronave, a aeronave pela instituição, e de um verbo de ação, proteger, cujo objeto é o País. A escolha lexical não é neutra: ela representa a instituição não como força bélica, mas como instância protetora, deslocando o campo semântico da guerra para o campo semântico do cuidado. No plano interdiscursivo, articula-se um discurso de proteção que recontextualiza a missão constitucional de defesa em termos afetivos e tutelares. A avaliatividade é positiva e autoreferida: a instituição atribui a si própria o atributo de protetora, em uma autorepresentação que dispensa contraprova. Esse discurso protetor guarda afinidade com a figura tutelar que Castells (2018) associa às identidades legitimadoras, em que a instituição dominante se apresenta como guardião de um bem coletivo.

A divisa heráldica da Força, *Ad Astra et Ultra* (“Aos astros e além”), opera em registro distinto, porém convergente. Documentos institucionais explicitam que a divisa simboliza que o voo “não termina nos astros, indo além”, em uma “busca da perfeição” incessante. No plano da modalidade, trata-se de uma asserção categórica e atemporal: a perfeição não é meta circunstancial, mas vocação permanente. No plano ideológico, identifica-se a estratégia de eternalização (Thompson, 2011), que retira a instituição do tempo histórico e a

projeta em um horizonte de transcendência. A divisa funciona, ainda, por narrativização: inscreve a identidade presente em uma trajetória de superação contínua, legitimando o presente pela invocação de uma destinação superior. Constrói-se, assim, uma identidade aspiracional, que interpela tanto o público externo quanto o futuro militar a aderir a um ideal de excelência sem termo.

O núcleo da autodefinição institucional, contudo, encontra-se na tríade de missões: Defender, Controlar e Integrar, que estrutura a apresentação da FAB ao público. No plano representacional, cada termo condensa um campo doutrinário. Defender remete à garantia da soberania do espaço aéreo e à defesa dos interesses nacionais; Controlar, à responsabilidade pela prestação dos serviços de tráfego aéreo em todo o espaço aéreo brasileiro; e Integrar, ao papel da instituição na articulação do território nacional. A tríade é, antes de tudo, um dispositivo de organização do sentido: três verbos no infinitivo, em paralelismo sintático, que totalizam a atuação institucional e a apresentam como exaustiva e coerente.

É no plano intertextual que esse dispositivo revela sua força. A tríade recontextualiza, em forma sintética e memorável, os conceitos centrais dos documentos de defesa. A noção de Defender remete diretamente ao conceito de soberania consagrado na doutrina nacional. O Livro Branco de Defesa Nacional define a Segurança Nacional como a sensação de garantia para a Nação da conquista e manutenção de seus objetivos fundamentais, que permite a preservação da soberania e da integridade territorial (Brasil, 2020). A Política Nacional de Defesa, por sua vez, afirma que a soberania é o primeiro fundamento citado no artigo 1º da Constituição Federal, sendo inalienável, indivisível e imprescritível (Brasil, 2020). O verbo Defender, no discurso digital, condensa e populariza esse arcabouço, traduzindo a linguagem jurídico-doutrinária em um chamamento acessível.

O contraste entre o léxico doutrinário e o léxico digital é, em si, revelador. Os documentos de defesa organizam-se em torno de um campo

semântico denso e tecnicamente marcado, soberania, dissuasão, capacidade, estatura político-estratégica, ambiente estratégico, cuja análise lexical, conforme Peixoto e Pires (2020), evidencia um posicionamento defensivo centrado no controle de recursos e fronteiras e na manutenção da soberania nacional. O discurso digital da FAB, ao recontextualizar esse campo, substitui o léxico da estratégia pelo léxico do cuidado: protege, cuida, salva, está presente. Essa transposição não é meramente estilística; ela reorienta o significado representacional, deslocando a instituição do registro da força para o registro do serviço. A análise semântica lexical torna visível, assim, o trabalho ideológico realizado na própria seleção das palavras.

Essa recontextualização não é mera simplificação: ela seleciona e enfatiza determinados sentidos enquanto silencia outros. A doutrina de defesa contemporânea, conforme análise de Peixoto e Pires (2020), passou a articular Defesa e Diplomacia como vetores conjuntos da preservação da soberania nacional, com ênfase na estatura político-estratégica do país e na capacidade de dissuasão. O Livro Branco afirma que “A Defesa e a Diplomacia são importantes vetores para a preservação e o fortalecimento da Soberania Nacional” (Brasil, 2020). No discurso digital da FAB, contudo, a dimensão dissuasória e diplomática tende a ser ofuscada pela ênfase no serviço e na proteção, o que constitui uma seleção interdiscursiva significativa: a instituição prefere representar-se pela face benevolente da defesa, e não por sua face coercitiva.

A divisa que projeta o voo aos astros e além encontra, na doutrina recente, ressonância significativa. O Livro Branco de Defesa Nacional ampliou o escopo das ameaças para além das tensões interestatais tradicionais, incorporando temas como ataques cibernéticos, o espaço sideral e a proteção de recursos estratégicos (Brasil, 2020). O discurso digital da FAB recontextualiza essa expansão ao enfatizar sua face tecnológica e aeroespacial – aeronaves de última geração, ciência e tecnologia, fronteiras do conhecimento. Constrói-se, assim, uma identidade que articula tradição e

inovação: a instituição é, a um só tempo, guardiã de valores perenes e vanguarda tecnológica. Essa dupla face cumpre função legitimadora, pois projeta a autoridade institucional tanto sobre o passado quanto sobre o futuro.

Essa preferência manifesta-se de modo eloquente no discurso das missões subsidiárias. A FAB destaca, em sua comunicação, ações como o transporte de órgãos para transplante, o transporte de urnas e agentes em eleições e o apoio logístico durante a pandemia de COVID-19. Tais ações são representadas por meio de um discurso humanitário e cidadão, interdiscursivamente articulado a valores como a solidariedade e a salvação de vidas. A própria comunicação institucional explicita essa orientação ao afirmar, pela voz de seu comando, que mostrar a FAB no cotidiano da população é “nossa prestação de contas com os cidadãos brasileiros”. No plano ideológico, opera aqui a universalização (Thompson, 2011): interesses institucionais, a legitimidade e a visibilidade da Força, são apresentados como interesses de toda a sociedade, em um movimento que converte a corporação militar em servidora universal do bem comum.

As *hashtags* institucionais oferecem um campo privilegiado para observar a construção da identidade coletiva. Marcadores como #AsasQueProtegemOPaís, #ANossaForçaOndeOBrasilPrecisar e #FAB24hNoAr não apenas indexam conteúdos, mas performam pertencimento. O possessivo “nossa”, em “A Nossa Força”, é particularmente revelador: ele constrói discursivamente uma comunidade que inclui tanto os militares quanto os cidadãos, dissolvendo a fronteira entre instituição e sociedade. No plano ideológico, identifica-se a estratégia de simbolização da unidade, própria do modo de unificação, e a padronização, que convoca todos a reconhecerem-se sob um mesmo emblema. A modalidade dessas formulações é predominantemente assertiva e deôntica – a Força estará “onde o Brasil precisar”, “24h no ar” –, expressando alto grau de comprometimento e disponibilidade permanente.

Também a modalidade distingue os dois registros. No texto doutrinário, predominam modalidades categóricas e objetivas, em que a base do julgamento se apresenta como implícita e universal, o Livro Branco afirma, por exemplo, que a preservação da soberania exige estreita coordenação entre as políticas externa e de defesa (Brasil, 2020). No discurso digital, a modalidade categórica permanece, mas reveste-se de tom mobilizador e afetivo: a Força estará onde o Brasil precisar, vinte e quatro horas no ar. Em ambos os casos, o alto grau de comprometimento expresso pela modalidade produz efeito de autoridade; a diferença está no modo como essa autoridade é endereçada, ao Estado e à comunidade internacional, no primeiro caso; ao cidadão e ao futuro militar, no segundo.

Lidos em conjunto, o lema, a divisa, a tríade e os marcadores temáticos constituem o que Goffman (2014) denominaria uma fachada institucional coerente, encenada para uma plateia ampla. É significativo que essa encenação seja gerida por um órgão especializado, o CECOMSAER, que declara atuar “regulando, estimulando e orientando” as ações de comunicação e cultuando os valores da “Verdade, Oportunidade e Transparência”. A existência de um aparato dedicado à gestão de impressões evidencia o caráter deliberado da autorepresentação. A transparência, paradoxalmente, é ela própria um efeito discursivo cuidadosamente produzido: a instituição encena a transparência como atributo, em uma performance de abertura que não suspende, mas reforça, o controle sobre a própria imagem.

No plano da prática social, esses recursos convergem para a construção de uma identidade predominantemente legitimadora, no sentido de Castells (2018). O discurso institucional da FAB é produzido de modo centralizado, homogêneo e descendente, deixando pouco espaço, em seus canais oficiais, para identidades de resistência ou de projeto. A autoridade é construída não pela imposição explícita, mas pela mobilização do capital simbólico, as aeronaves, os uniformes, os brasões, a divisa latina, que, na chave

de Bourdieu (1989), confere ao discurso institucional o poder de fazer ver e fazer crer. A hierarquia e a disciplina, valores estruturantes da instituição militar, não são tematizadas como objeto de debate, mas pressupostas como dadas, em uma operação de naturalização que as retira do campo do questionável.

Em chave bourdieusiana, o discurso institucional opera ainda como rito de instituição: ao nomear, condecorar e consagrar, ele institui diferenças e as faz reconhecer como legítimas. A exibição de formaturas, juramentos e símbolos – o uniforme, a espada, o brevê, converte a passagem pela formação em consagração identitária, e a circulação digital dessas imagens estende o efeito do rito a um público que não o presenciou. É nesse quadro que se pode ler, criticamente, a valorização de figuras como a da primeira piloto de determinada aeronave de transporte, recorrente na comunicação da Força. Tal representação mobiliza um discurso de modernização e de inclusão que coexiste, em tensão, com a estrutura hierárquica e conservadora da instituição: a inclusão é celebrada como conquista institucional, reforçando a legitimidade da Força, sem que a ordem hierárquica que a enquadra seja, ela própria, problematizada.

Sintetizando a leitura ideológica, o discurso de autoridade da FAB articula simultaneamente os modos de legitimação, unificação e reificação descritos por Thompson (2011). A legitimação opera por narrativização, a trajetória de conquistas evocada pela divisa, e por racionalização, fundada na missão constitucional de defesa. A unificação opera por simbolização da unidade, na figura da “nossa Força”, e por padronização. A reificação opera por naturalização da hierarquia e da disciplina e por eternalização da vocação à perfeição. Resta examinar as implicações formativas dessa configuração discursiva, que constituem o cerne do interesse desta pesquisa. A hipótese aqui sustentada é a de que o discurso público da instituição é, ele próprio, um dispositivo pedagógico, anterior e paralelo ao ensino militar formal. Antes mesmo de ingressar na carreira, o candidato é interpelado por esse discurso, que lhe oferece um modelo de identidade militar a ser desejado e incorporado. As

escolas de formação da Aeronáutica, como a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR) e a Academia da Força Aérea (AFA), operam, em larga medida, a consolidação dessa identidade previamente esboçada nas redes. Quadro 2 sistematiza essa articulação.

Quadro 2 – Síntese da análise do discurso de autoridade da FAB

Elemento discursivo	Realização discursiva	Modo de operação da ideologia	Implicação identitária
Lema “Asas que protegem o País”	Metáfora tutelar; avaliação positiva autorreferida	Legitimação (racionalização)	Identidade legitimadora / protetora
Divisa “Ad Astra et Ultra”	Modalidade categórica; busca da perfeição	Reificação (eternalização)	Identidade aspiracional
Tríade Defender–Controlar–Integrar	Recontextualização da doutrina de defesa	Legitimação (narrativização)	Identidade doutrinária
Hashtags / “A Nossa Força”	Possessivo inclusivo; modalidade deontica	Unificação (simbolização; padronização)	Identidade coletiva
Missões subsidiárias	Discurso humanitário e cidadão	Legitimação (universalização)	Identidade de serviço

Fonte: elaboração própria (2026).

A própria estrutura do ensino castrense evidencia essa articulação. Na EPCAR, o aluno é formado simultaneamente no ensino médio e no que se denomina formação militar, aprendendo a carreira e a conduta conforme os regulamentos. A formação, portanto, não se limita à instrução acadêmica: ela inclui a incorporação de uma conduta, de disposições e de valores que o discurso institucional já antecipa e modela publicamente. Nesse sentido, há continuidade entre o discurso de autoridade veiculado nas redes e o currículo oculto da formação militar: ambos operam a naturalização da hierarquia e da disciplina como horizonte inquestionável da identidade profissional.

Convém detalhar o modo como esse discurso interpela o futuro militar. A comunicação institucional dirige-se explicitamente a candidatos, divulgando processos seletivos, rotinas de formação e trajetórias exemplares de cadetes e alunos. Ao fazê-lo, ela não apenas informa, mas constrói o desejo de pertencer e oferece um repertório identitário a ser incorporado. O candidato que ingressa na EPCAR ou na AFA já chega, em alguma medida, discursivamente formado por essa interpelação prévia. A formação institucional encontra, então, terreno preparado: as disposições que o ensino militar busca consolidar, disciplina, hierarquia, comprometimento, já foram apresentadas, nas redes, como atributos desejáveis e como condição de pertencimento à nossa Força.

Essa continuidade tem efeitos ambivalentes. Por um lado, o discurso de autoridade cumpre funções motivacionais e integradoras legítimas: ele constrói pertencimento, orgulho institucional e senso de missão, dimensões reconhecidamente importantes para a coesão e o desempenho de qualquer organização. Por outro lado, na medida em que naturaliza relações de poder e silencia a dimensão histórica e conflituosa das escolhas institucionais, esse discurso pode restringir o desenvolvimento da consciência crítica e da responsabilidade discursiva que uma formação comprometida com valores democráticos requer. A excelência aspiracional da divisa, por exemplo, pode converter-se em ideal que desencoraja o questionamento, ao apresentar a busca da perfeição como adesão a um modelo dado, e não como construção reflexiva.

É precisamente nesse ponto que a Análise Crítica do Discurso revela sua vocação emancipatória para a educação militar. Fairclough (2016) argumenta que a crítica discursiva contribui para processos emancipatórios ao desnaturalizar práticas ideológicas, tornando visível aquilo que o discurso apresenta como natural e necessário. Trazer a análise crítica do discurso para o interior da formação militar não significa enfraquecer a instituição ou contestar sua hierarquia, mas qualificar o futuro militar como sujeito capaz de compreender criticamente os discursos que o constituem, inclusive os discursos institucionais

que circulam nas redes sociais. Um militar que reconhece como sua própria identidade profissional é discursivamente construída está mais bem preparado para exercer, com responsabilidade, a palavra pública em ambientes digitais.

Defende-se, assim, a inclusão da consciência crítica do discurso como componente do ensino militar. Isso supõe formar o futuro oficial e o futuro especialista não apenas para reproduzir o discurso institucional, mas para compreendê-lo, situá-lo historicamente e ideologicamente e exercê-lo com discernimento. Em um contexto em que cada militar pode tornar-se, em suas próprias redes, um porta-voz da instituição, a responsabilidade discursiva deixa de ser atribuição exclusiva do órgão central de comunicação e passa a ser dimensão da própria competência profissional. A formação para a cidadania democrática e a formação para a carreira militar, longe de se oporem, encontram nesse ponto um terreno comum: o do uso responsável, lúcido e ético da linguagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou o discurso de autoridade veiculado pela Força Aérea Brasileira em seus canais institucionais digitais, buscando compreender como esse discurso constrói a identidade institucional e quais são suas implicações para o ensino militar. A análise, fundamentada na Análise Crítica do Discurso e operacionalizada pelo modelo tridimensional de Fairclough, evidenciou que o discurso público da FAB constrói uma identidade predominantemente legitimadora, articulada em torno de quatro eixos: a proteção, expressa no lema; a transcendência, expressa na divisa; a integração doutrinária, expressa na tríade de missões; e o pertencimento, expresso nos marcadores temáticos.

Demonstrou-se que esse discurso recontextualiza a doutrina de defesa nacional, sistematizada na Política Nacional de Defesa, na Estratégia

Nacional de Defesa e no Livro Branco de Defesa Nacional, traduzindo sua linguagem técnica em mensagens afetivas e acessíveis, ao mesmo tempo em que seleciona a face benevolente da defesa e ofusca sua dimensão coercitiva e dissuasória. Identificou-se, ainda, a operação articulada dos modos ideológicos de legitimação, unificação e reificação, que naturalizam a hierarquia e a disciplina como valores inquestionáveis e convertem a instituição em servidora universal do bem comum. O capital simbólico mobilizado nesse discurso, na chave de Bourdieu, confere-lhe a eficácia de fazer ver e fazer crer, enquanto a gestão profissional da fachada institucional, na chave de Goffman, revela o caráter deliberado da autorepresentação.

Quanto às implicações formativas, sustentou-se que o discurso de autoridade institucional funciona como dispositivo pedagógico anterior e paralelo ao ensino militar formal, antecipando e modelando a identidade que as escolas de formação consolidam. Reconhecendo as funções motivacionais e integradoras legítimas desse discurso, argumentou-se que sua tendência à naturalização pode restringir o desenvolvimento da consciência crítica e da responsabilidade discursiva. Defendeu-se, em consequência, a incorporação da análise crítica do discurso à formação militar, como meio de qualificar o futuro militar para um uso responsável e lúcido da linguagem pública, em consonância com valores democráticos.

O estudo apresenta limites que delineiam sua própria continuidade. A análise restringiu-se ao discurso institucional oficial, deixando para etapa posterior do projeto o exame dos discursos produzidos por militares individuais, em diferentes regiões, níveis hierárquicos e especialidades, e em múltiplas plataformas. Essa expansão permitirá observar as relações, de convergência, reforço ou tensão, entre o discurso institucional e os discursos individuais, e verificar em que medida estes reproduzem, recontextualizam ou contestam a identidade legitimadora aqui descrita. Pesquisas futuras poderão, ademais,

conduzir análises longitudinais e comparativas entre as Forças, investigando a estabilidade e as variações dos padrões discursivos identificados.

Como contribuição, o artigo articula, em um mesmo quadro analítico, os aportes da Análise Crítica do Discurso e as contribuições de Castells, Goffman e Bourdieu aplicadas a um objeto ainda pouco explorado, o discurso institucional militar em ambientes digitais e suas implicações educacionais. Ao desnaturalizar as estratégias discursivas que sustentam a autoridade institucional, oferece subsídios para uma formação militar reflexiva, atenta à responsabilidade discursiva e comprometida com a cidadania democrática, contribuindo para o diálogo entre a Análise do Discurso, a Educação Militar e a Comunicação.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2016.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

PEIXOTO, R. A. J. R.; PIRES, K. C. Reconfigurações do ambiente estratégico de defesa no século XXI: perspectiva analítica de triangulação por meio de análise de *corpora*, análise semântica lexical e análise crítica do discurso. *Política Hoje*, v. 29, n. 2, p. 110-142, 2020.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. *Análise de discurso crítica*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

WODAK, R.; MEYER, M. (org.). *Methods of critical discourse analysis*. 2. ed. London: Sage, 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

RBAC&CiA
Revista Brasileira de Aviação Civil
& Ciências Aeronáuticas
 ISSN 2763-7697